Faculdade de Direito do Recife

PROGRAMAS DE ENSINO

DAS CADEIRAS DO

2.º ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

1.ª Cadeira — **DIREITO CIVIL** 3
Prof. **Gondim Neto**

2.ª Cadeira — **DIREITO PENAL** 9
Prof. **Barreto Campelo**

3.ª Cadeira — **DIREITO CONSTITUCIONAL** 15
Prof. **Samuel Mac Dowel Filho**

4.ª Cadeira — **CIÊNCIAS DAS FINANÇAS** . . 21
Prof. **Luiz Guedes**

1946

Faculdade de Direito do Recife

PROGRAMAS DE ENSINO

DÁS CADEIRAS DO

2.º ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

1.ª Cadeira — **DIREITO CIVIL** 3
Prof. Gondim Neto

2.ª Cadeira — **DIREITO PENAL** 9
Prof. Barreto Campelo

3.ª Cadeira — **DIREITO CONSTITUCIONAL** 15
Prof. Samuel Mac Dowel Filho

4.ª Cadeira — **CIÊNCIAS DAS FINANÇAS** . . 21
Prof. Luiz Guedes

1946

1.ª CADEIRA

Direito Civil

(PARTE GERAL E PARTE GERAL DAS OBRIGAÇÕES)

DR. GONDIM NETO

Professor Catedrático

Ponto 1.º

Noções do Direito. Como se distingue das outras regras de conduta. As diferentes espécies de normas jurídicas.

Ponto 2.º

A escola do Direito natural e o historicismo. Apreciação da divergência na atualidade.

Ponto 3.º

A lei: formação, prazo de obrigatoriedade: revogação.

Ponto 4.º

Limites da lei no tempo e no espaço. Irretroatividade e direitos adquiridos. Princípios de direito internacional privado consignados no Código Civil.

Ponto 5.º

Interpretação e aplicação das leis. Analogia. Os novos métodos de interpretação. Inconstitucionalidade.

Ponto 6.º

O Direito Civil em particular. A questão da unificação do direito privado. O Direito Civil pátrio. Apreciação geral do nosso Código.

Ponto 7.º

Noção e requisitos de Direito consuetudinário. Decretos e regulamentos.

Ponto 8.º

Noção e elementos constitutivos e espécies dos direitos subjetivos. Direito e interesse. O dever. As relações jurídicas.

Ponto 9.º

Do sujeito de direito. As pessoas físicas. Estado das pessoas. Começo da personalidade natural. Capacidade. Registro e domicílio. Ausência. Termo da personalidade natural.

Ponto 10.º

Natureza e espécies das pessoas jurídicas. Das associações, sua constituição, personalidade, capacidade, administração e extinção. Das fundações, sua constituição, personalidade, capacidade, administração e extinção.

Ponto 11.º

Do objeto de direito. Das diferentes classes de bens. Das cousas singulares e coletivas, em particular. Do patrimônio e da herança. Do bem de família.

Ponto 12.º

Fatos e atos jurídicos. Requisitos e interpretação dos atos jurídicos. Aquisição originária e derivada de direitos.

Ponto 13.º

Das modalidades dos atos jurídicos. Noção, espécies e efeitos das condições. Termo e encargo.

Ponto 14.º

Dos efeitos dos atos jurídicos. Erro, dolo, coação, simulação e fraudes contra os credores.

Ponto 15.º

Da fórma dos atos jurídicos e de sua prova. Das nulidades e suas espécies. Anulabilidade. Ratificação e conversão.

Ponto 16.º

Dos atos ilícitos. Dolo e culpa. Espécies e gráus de culpa. Da legítima defesa e do estado de necessidade. Responsabilidade sem culpa.

Ponto 17.º

Influência do tempo sobre as relações jurídicas. Da prescrição, suas espécies, fundamento, alegação, renúncia e efeitos. Prescrição e prazo extintivo. Causas que impedem, suspendem, ou interrompem a prescrição.

Ponto 18.º

Exercício e defesa dos direitos. Limites ao exercício dos direitos. Natureza e natividade de ação. Onus das provas, presunções. Como estas se distinguem das ficções legais.

Ponto 19.º

Conceito de obrigação. Sujeito, objeto e modalidades das obrigações.

Ponto 20.º

Das prestações simples e compostas: conjuntas, genéricas, alternativas e facultativas. De cláusula penal.

Ponto 21.º

Das obrigações indivisíveis. Doutrina francesa. Efeitos da indivisibilidade.

Ponto 22.º

Das obrigações solidárias. Solidariedade ativa e passiva, breve apreciação das teorias sobre a solidariedade. Causas e efeitos da solidariedade. Regresso.

Ponto 23.º

Efeitos das obrigações. Do pagamento. Das pessoas que podem pagar e receber. Objeto, logar, tempo, e prova do pagamento. Dos vícios redibitórios e da evicção.

Ponto 24.º

Do pagamento indevido, por consignação e com subrogação. Imputação do pagamento. Da ação em pagamento.

Ponto 25.º

Definição e requisitos da novação. Suas espécies e seus efeitos.

Ponto 26.º

Da compensação, requisitos, formas e limitações.

Ponto 27.º

Da confusão e da remissão. Noção, requisitos e efeitos da transação. Do compromisso.

Ponto 28.º

Da inexecução das obrigações. Caso fortuito e força maior. Das perdas e danos. A obrigação de indenizar. Nexo causal.

Ponto 29.º

Da móra. Requisitos e efeitos da móra do devedor. A móra do credor. Móra e culpa. Juros.

Ponto 30.º

Cessão de créditos. História, requisitos e efeitos da cessão.

2.ª CADEIRA

Direito Penal

(Parte Geral)

Dr. ANÍBAL BRUNO

(Professor catedrático)

1 — Direito Penal — Conceito — Posição na enciclopédia jurídica — Correlações com outros ramos do Direito — Ciências criminais.

2 — Evolução histórica das idéias sôbre o crime e a pena.

3 — As doutrinas penais. I Escola clássica.

4 — As doutrinas penais. — II Escola positiva.

5 — As doutrinas penais. III Escolas intermediárias — As novas correntes.

6 — Contribuições modernas das ciências biológicas e sociais ao estudo do crime.

7 — História do Direito Penal — Movimento legislativo moderno — A literatura jurídico-penal.

8 — História do Direito Penal brasileiro — A legislação.

9 — História do Direito Penal brasileiro — A doutrina — Os grandes mestres do Direito Penal da Faculdade de Direito do Recife.

10 — A lei penal — Interpretação da lei penal.

11 — Eficácia da lei penal no tempo.

12 — Eficácia da lei penal no espaço.

13 — Conceito do crime — Análise do crime — Características gerais do fato criminoso — Elementos da ação criminosa Sujeito ativo — Sujeito passivo — Objeto material — Objeto jurídico.

14 — O nexo de causalidade.

15 — Divisão dos fatos puníveis.

16 — Imputabilidade — Culpabilidade — Responsabilidade.

17 — Formas da culpabilidade — O dolo e a culpa.

18 — O êrro.

19 — Causas de exclusão da antijuridicidade — Legítima defesa.

20 — Estado de necessidade.

21 — Outras causas de exclusão da antijuridicidade — O estrito cumprimento de dever legal — O exercício regular de direito.

22 — Causas de exclusão da culpabilidade — Doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado.

23 — Outras causas de exclusão da culpabilidade — Coação irresistível — Obediência a ordem de superior hierárquico.

24 — O problema jurídico-penal da embriaguez — Influência da emoção e da paixão sobre a responsabilidade penal.

25 — Os menores no direito penal.

26 — Agravantes.

27 — Atenuantes.

28 — Momentos do atuar delituoso — Tentativa e crime consumado.

29 — Coautoria.

30 — Concurso de crimes.

31 — Teoria geral da pena.

32 — Penas corporais — Pena de morte — Penas corporais propriamente ditas.

33 — Penas privativas da liberdade — Sistemas penitenciários.

34 — Penas pecuniárias — Penas accessórias.

35 — Suspensão condicional da pena.

36 — Livramento condicional.

37 — Efeitos da condenação.

38 — Teoria das medidas de segurança.

39 — As medidas de segurança na legislação penal brasileira.

40 — Da ação penal.

41 — Causas de extinção da punibilidade.

3.ª CADEIRA

Direito Constitucional

Prof. SAMUEL MAC DOWELL FILHO

1 — Objeto do Direito Constitucional. Conceito de Constituição. Tipos de Constituição.

2 — Evolução histórica do conceito de Constituição. Regimen constitucional e Estado de Direito. Ditadura e Constituição.

3 — Origem das Constituições. Poder Constituinte. Constituição e Revolução.

4 — Técnica constitucional. Realidade social e Constituição. Hermenêutica constitucional.

5 — Método do Direito Constitucional. Relação entre o Direito Constitucional.

e o Direito Internacional. Direito Constitucional e outras ciências ou disciplinas afins.

6 — Antecedentes do regimen constitucional no Brasil. Constituição de 25 de Março de 1824. Ato Adicional e outras leis constitucionais do Império.

7 — Transição da Monarquia para a República. Constituição de 24 de Fevereiro de 1891. Revisão de 7 de Setembro de 1926.

8 — Revolução de Outubro de 1930. Decreto Institucional do Govêrno Provisório, de 11 de Novembro de 1930. Código dos Interventores.

9 — Código Eleitoral. Constituição de 16 de Julho de 1934. Suas emendas.

10 — Constituição de 10 de novembro de 1937. Seu ambiente histórico. Suas fontes e espírito.

11 — O interregno constitucional. Orgãos e instituições constitucionais suspensos. Orgãos e instituições de ordem constitucional peculiares a este período.

12 — Organização nacional e federação. Regimen das relações entre a União e os

Estados-membros. A Constituição Federal e a organização dos Estados membros, do Distrito Federal e dos Territórios.

13 — Autonomia municipal. Discriminação da competência entre a União, os Estados-membros e os Municípios. Intervenção.

14 — Essência do sistema representativo. A função eleitoral e seus orgãos na Constituição Brasileira. O plebiscito.

15 — Relação entre os orgãos do Poder. A doutrina da separação dos poderes e a Constituição Brasileira. Presidencialismo e conceito do orgão Supremo.

16 — A função legislativa e seus orgãos. O Parlamento Nacional e o Conselho da Economia Nacional. A lei e sua substância, o regulamento, o decreto lei.

17 — Processo da elaboração legislativa em geral. O véto. A elaboração orçamentária.

18 — A função executiva. O Presidente da República. Os Ministros de Estado.

19 — Orgãos de cooperação nas atividades governamentais. Autarquias adminis-

trativas. Natureza e limites de jurisdição administrativa.

20 — A função pública administrativa. O estatuto dos funcionários públicos. As forças armadas.

21 — A função judiciária e seus orgãos. Justiça comum e Justiças especiais. Garantias dos magistrados e das suas decisões.

22 — Organização e competência do Supremo Tribunal Federal. Organização e competência da Justiça dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e da Justiça Militar. O problema do Juri.

23 — A questão da unidade da Justiça em face da Constituição vigente. Recurso extraordinário. Natureza e limites da fiscalização ou controle judicial de legalidade e constitucionalidade.

24 — O indivíduo na Constituição. Nacionalidade brasileira, sua aquisição e perda. Cidadania e direito políticos, sua aquisição, suspensão e perda.

25 — Os direitos do homem. Diferença entre os direitos individuais e as suas garantias. A tricotomia constitucional; liberdade, segurança pessoal, propriedade.

26 — Direitos especificados e direitos decorrentes. Restrições expressas no exercício dos direitos individuais e Poder de Polícia. A pena de morte.

27 — Ordem moral e espiritual. A família. A educação e a cultura.

28 — Ordem econômica. Atividade privada e intervenção do Estado. Nacionalização, estatização das atividades econômicas.

29 — Princípios assecuratórios do fomento e da justa retribuição da atividade econômica e do trabalho. Noção da economia popular e sua defesa. A imigração.

30 — Organização sindical e corporativa dos agentes da produção. A corporação considerada como orgão do Poder Público. Regimen corporativo e socialismo.

31 — Legislação do Trabalho. Assistência Social: proteção atual e previdência. Justiça do trabalho.

32 — Segurança Nacional. Defesa interna e externa do Estado. Estado de emergência e Estado de Guerra.

33 — Posição constitucional do Estado brasileiro em relação à Igreja. Posição

constitucional do Estado brasileiro em relação aos demais Estados americanos. Alteração constitucional.

4ª CADEIRA

Ciências das Finanças

Prof. LUIZ GUEDES

Introdução :

1 — A ação econômica do Estado. As necessidades coletivas. A atividade financeira, caracteres e limites

2 — Ciência das Finanças; seu conceito. As leis financeiras. Metodologia aplicada ao estudo dos fatos financeiros.

3 — Fenômeno financeiro, sua natureza. Teorias econômicas e doutrinas sócio-políticas na sua interpretação.

4 — Ciência das Finanças e Economia Política. Relação com as demais ciências sociais. Direito Financeiro. Política Financeira. Direito Tributário.

5 — Desenvolvimento histórico da Ciência das Finanças. Literatura antiga e medieval sôbre institutos da Finança Pública. Literatura estrangeira contemporânea.

6 — Literatura brasileira em matéria econômico-financeira. Movimento científico no século XIX. Problemas e orientações contemporâneas.

PARTE 1a.

Despesa pública :

7 — Despesa pública, seu conceito e limites. Despesa pública e despesa privada.

8 — Despesa pública, sua classificação. Despesas ordinárias e extraordinárias. Despesas federais, estaduais e municipais.

9 — A progressão das despesas públicas Tendências e teorias. Fatores do aumento. Aumento nominal e aumento real. A compressão das despesas públicas.

10 — Principais categorias de formas concretas de despesas públicas. Despesas constitucionais, da dívida pública, da defesa da justiça e da educação e instrução.

11 — Despesas com o funcionalismo público, com o desenvolvimento da produção e despesas relativas aos serviços de assistência.

PARTE 2a.

Receita pública :

12 — Receita pública, seu conceito. Evolução das receitas do Estado. Classificação. Receitas ordinárias extraordinárias.

13 — As receitas ordinárias de direito privado. Domínio do Estado. Domínio privado do Estado. Domínio da União e dos Estados na Federação. A propriedade territorial do Estado e sua exploração. As florestas. As minas.

14 — Receitas do domínio industrial e comercial. As ferrovias. Correios e telégrafos. Imprensa nacional. Loteria.

15 — Empresas comerciais do Estado. Monopólios fiscais. Bancos do Estado.

16 — As receitas ordinárias de direito público: as taxas, as contribuições espe-

ciais, os impostos. Natureza e elementos da taxa. Quantitativo das taxas.

17 — As taxas, sua classificação. Sistema de taxas. As principais taxas cobradas no Estado moderno. Processo de cobrança.

18 — Contribuições especiais. Conceito e fundamento.

19 — Os impostos. Terminologia fiscal. Natureza e elementos dos impostos. Função e fundamento do imposto.

20 — Princípios técnicos e jurídicos dos impostos. Canones de tributação. Justiça no imposto. Generalidade e universalidade do imposto. O princípio de igualdade. Isenção fiscal.

21 — Postulados econômicos-financeiros do imposto. Suficiência e elasticidade na imposição.

22 — Princípios administrativo do imposto. Certeza, comodidade e economia no imposto. Fontes do imposto. Lançamento, liquidação e arrecadação dos impostos.

23 — A bi-tributação. Dupla tributação internacional.

24 — Classificação dos impostos. Imposto direto e indireto. Imposto real e pessoal. Imposto proporcional e progressivo.

25 — O problema dum sistema racional de impostos. Imposto único e sistema de múltiplos impostos. Sistemas reais, pessoais e mixtos. Impostos nos Estados unitários e nas formas federativas.

26 — Evolução do imposto. A transformação dos sistemas fiscais.

27 — Efeitos dos impostos. Efeitos psicológicos, morais e políticos.

28 — Efeitos econômicos e financeiros. Incidência e translação do imposto. A amortização ou capitalização do imposto.

29 — Evasão do imposto. A fraude fiscal. Medidas preventivas contra evasão ilegal.

30 — Pressão fiscal, seu conceito.

31 — Interpretação e aplicação das normas jurídicas impositivas.

32 — A penalidade fiscal.

PARTE 3a.

Sistema Tributário Brasileiro:

33 — O sistema tributário brasileiro, sua evolução. Imposição do Brasil dos tempos coloniais e do Império.

34 — Regimen tributário da República. A distribuição dos impostos no regimen da Constituição de 24 de Fevereiro de 1891 e no da de 16 de Julho de 1934.

35 — Organização atual do quadro tributário brasileiro. Impostos da União, dos Estados e dos Municípios. Falhas do nosso sistema impositivo.

36 — Direitos aduaneiros : imposto de exportação e de importação.

37 — Da renda, seu conceito. Renda tributável. Imposto de renda e caracteres. Sistemas de imposto de renda.

38 — Imposto de renda no Brasil.

39 — Imposto de consumo. Justiça e elasticidade no imposto de consumo. Imposto de consumo sôbre objetos considerados de luxo.

40 — Imposto de consumo no Brasil. Arrecadação e fiscalização. Penalidades e recursos.

41 — Imposto de sêlo, seu fundamento. O imposto do sêlo no Brasil: arrecadação, fiscalização, isenções, multas e recursos.

42 — Imposto sôbre a propriedade territorial. Bases e processos de fixação de seu assento. Imposto territorial no Brasil. A lei Pernambucana. O imposto predial. Imposto predial no Recife.

43 — Imposto de transmissão de propriedade inter-vivos.

44 — Imposto de sucessão, sua evolução. A transmissão de propriedade causa-mortis e sua tributação pelos Estados na Federação. Imposto de sucessões em Pernambuco.

45 — Imposto de indústria e profissões.

46 — Imposto sôbre vendas e consignações.

PARTE 4a.

Receitas extraordinárias — Crédito público:

47 — Do crédito público. Natureza e princípios.

48 — Dívida pública, noção e finalidade. Principais espécies de dívidas públicas. Dívida flutuante e dívida consolidada.

49 — Empréstimos. Empréstimos externos e internos. Empréstimos forçados, voluntários e patrióticos; perpétuos e amortizáveis. Negociação de empréstimos.

50 — Administração das dívidas do Estado sob o ponto de vista da técnica financeira. Amortização, conversão e consolidação da dívida pública. A bancarrota e a concordata.

51 — Dívida pública brasileira. Os serviços da dívida pública. Dívida da União, dos Estados e dos Municípios.

52 — Finança de guerra. Dívida de guerra, sua significação. Impostos e empréstimos em tempo de guerra. A emissão de papel moeda para financiamento de guerra.

53 — Impostos sôbre lucros extraordinários e imposto de emergência sôbre o capital.

PARTE 5a.

Administração financeira — Orçamento :

54 — Noção de orçamento. Importância jurídica, política e financeira do orçamento.

55 — Direito orçamentário sua evolução na Inglaterra, Estados Unidos, França e no Brasil.

56 — Preparação do orçamento. Poder encarregado do preparo. Regras de organização orçamentária.

57 — Preparação do orçamento. Método de avaliação das despesas e sistemas de estimação das receitas.

58 — Equilíbrio orçamentário. Saldos e deficits. Meios para assegurar o equilíbrio orçamentário efetivo. Requisitos dum bom orçamento.

59 — Votação do orçamento. Os poderes do Congresso. Restrições à iniciativa parlamentar em matéria de gastos. Duração do orçamento. Contas de exercício e de gestão. Conteúdo do orçamento.

60 — Execução do orçamento. Registro de tabelas explicativas. Distribuição dos créditos.

61 — Execução do orçamento. Estágios da despesa: empenho, liquidação e pagamento.

62 — Inexistência de verba. Insuficiência das verbas votadas. A abertura de créditos especiais. Os créditos extraordinários.

63 — O contrôle dos gastos públicos. As contas e sua publicidade e fiscalização. Fiscalização administrativa e legislativa.

64 — O Tribunal de Contas e sua ação fiscalizadora da administração financeira.

65 — O patrimônio público e sua guarda. Inventário dos bens nacionais. O tesouro nacional em função da administração financeira do país.

66 — As finanças dos Estados e Municípios, no Brasil. O problema de coordenação das Finanças na Federação.

67 — Política financeira e política monetária nacionais. Exposição crítica da situação das finanças brasileiras. Finanças nacionais no regimen monárquico. Finanças do regimen republicano. O inflacionismo continuado.

68 — Legislação financeira no Brasil. O Código de Contabilidade pública e sua reforma. A Codificação financeira para os Estados e Municípios. O Código Tributário de Pernambuco.